

Data	Veículo	Página	Tamanho
29.08.2009	JH – 1ª Edição	Cidade - 05	96 cm

R\$ 3,8 MILHÕES Recursos fazem parte do Programa de Desenvolvimento Solidário. Inicialmente, serão 2,4 mil famílias agraciadas

Programas beneficiam produtores rurais do RN

A Feira de Artesanato intitulada "A beleza da terra na arte da gente", que acontece no Pre-sépio de Natal, em Candelária, foi palco na tarde de ontem da assinatura de 79 convênios para programas de combate à pobreza rural, que juntos distribuirão recursos na ordem de R\$ 3,8 milhões, beneficiando 2,4 mil famílias inicialmente. Durante o anúncio, o governadora Wilma Maria de Faria disse ainda que são R\$ 50 milhões a fundo perdido e que até o final deste ano outros 700 convênios serão assinados.

De acordo com a governadora, esses convênios fazem parte do Programa de Desenvolvimento Solidário, que está ligado às ações da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sethas). Os recursos são a fundo perdido e liberados via negociação com o Banco Mundial. Outros 300 convênios serão assinados até o final do primeiro trimestre de 2010. "O mais importante é que os recursos desses convênios chegarão para todas as regiões do nosso Estado – todos voltados para pequenos

produtores rurais organizados em forma de associações e cooperativas", comentou a governadora. Wilma de Faria disse ainda que os recursos são voltados para as pequenas comunidades rurais existentes no interior do Estado que até então eram excluídas da sociedade, devido ao grande nível pobreza.

Durante a solenidade, o secretário de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Fabian Saraiva, assinou sete contratos com organizações não governamentais com a finalidade de fortalecer o processo descentralização e controle social do Programa de Desenvolvimento Solidário – neste caso, voltados para ações de mobilização, sensibilização e capacitação dos atores sociais que participam do programa. Ao todo, estes sete contratos beneficiarão famílias pobres de 118 municípios do Estado, com um investimento de R\$ 860 mil. "O objetivo é a capacitação de cerca de oito mil representantes destas associações", disse Saraiva. Serão cursos nas áreas de gestão associativa, políticas públicas e controle social, gestão ambiental,

CONTINUA

Data	Veículo	Página	Tamanho
29.08.2009	JH – 1ª Edição	Cidade - 05	96 cm



Ney Douglas

Wilma de Faria anunciou que outros 700 convênios serão assinados até o final de 2009

economia solidária, acesso a mercados, geração e etnia e relação de gênero.

Para o coordenador do Programa de Desenvolvimento Solidário do RN, Gerardo Guará,

cada projeto já contemplado com recursos recebeu uma média entre R\$ 50 mil e R\$ 100

mil, para famílias organizadas em associação. "Cada comunidade elege uma prioridade, que depois é levada para uma discussão com os gestores do município. As associações têm de 30 a 50 famílias e os recursos são voltados para projetos de infraestrutura, setor produtivo e área social. Com estas verbas, projeto de abastecimento d'água, pequenas barragens vêm sendo construídas. No setor produtivo, há muitos projetos para a produção de polpas de frutas, bovinocultura leiteira e artesanato", detalhou Gerardo Guará. O presidente da Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Tanques, localizada no município de Santo Antônio, região agreste do Estado, Franciso de Freitas, disse que as 65 famílias contempladas estão felizes porque a água chegou em suas casas. Ontem, eles assinaram um convênio na ordem de R\$ 50 mil para investir em pequenas produções rurais de milho e feijão. "A gente espera que sempre tenham dinheiro para projetos assim", disse Freitas.

FIM

Data	Veículo	Página	Tamanho
29.08.2009	O Mossoroense	Cidades - 08	120 cm

PREPARAÇÃO

Elaboração do cronograma de atividades do Programa Terra Pronta começará em setembro

Informação é transmitida pelo secretário municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, Paulo César de Brito

A informação é transmitida pelo secretário municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, engenheiro agrônomo Paulo César de Brito.

O secretário informou que a tarefa está prevista no planejamento da secretaria, produzida a partir de conversações com o vice-prefeito e secretário municipal de Planejamento e Coordenação de Desenvolvimento, Alberto Luís de Lima Trigueiro.

O organograma definido pela secretaria prevê que o processo de elaboração do calendário se prolongará até o mês de outubro.

Paulo Brito frisou que a orientação do vice-prefeito/secretário Alberto Luís e do prefeito Ivan Lopes Júnior (PP) é no sentido de que o programa possa ser aperfeiçoado e corrigir as imperfeições que ainda

são detectadas.

Este ano o programa contemplou 2.150 empreendedores rurais, conforme o levantamento realizado pela secretaria. O quantitativo de pessoas diretamente beneficiadas chegou a oito mil, segundo Paulo Brito.

O programa, que tem por finalidade garantir o preparo do solo de pequenos produtores rurais e agricultores familiares para o plantio da safra agrícola, é realizado em parceria com a Petrobras (que participa com a doação do óleo diesel utilizado pelos tratores que atuam na preparação das terras) e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater/RN), que age na prestação de serviços de assistência técnica aos beneficiários.

O prefeito Ivan Júnior des-

tacou que a maior fatia de investimento no Programa Terra Pronta é feita pelos cofres públicos municipais.

RECOMENDAÇÕES

Este ano, de acordo com os números divulgados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, este investimento representou a importância de R\$ 110 mil.

A partir de 2010 o prefeito deu instruções no sentido de que o Programa Terra Pronta privilegie o atendimento aos agricultores familiares de Assú. Na última semana, houve uma reunião com representantes de comunidades rurais, acontecida no interior da secretaria, no Centro Administrativo Prefeito Edgard Borges Montenegro, para avaliar o desempenho da ação e colher sugestões para

CONTINUA

Data	Veículo	Página	Tamanho
29.08.2009	O Mossoroense	Cidades - 08	120 cm



Programa garante corte de terra a agricultores da região

a próxima edição.

"Este encontro foi impor-

tante para que pudéssemos ouvir as principais queixas e su-

gestões dos líderes comunitários", disse Paulo Brito.

FIM

Data	Veículo	Página	Tamanho
30.08.2009	Jornal de Fato	Opinião - 02	54 cm

MST E OS PROBLEMAS DA TERRA

JOÃO LYRA

Volta o MST a debater os mesmos problemas relacionados com a posse de terras no Norte e Sul do país. Defendem os integrantes desse movimento, a aprovação dos recursos para projetos que ainda não foram liberados, para que os agricultores e suas famílias realizem o seu trabalho no campo. São milhares de agricultores que reclamam essa falta do Governo onde o INCRA trabalha para desapropriar terras e propriedades que não estão sendo trabalhadas e são invadidas, periodicamente. O Governo não vinha tomando conhecimento e não dava uma solução satisfatória para evitar a escalada do MST. E quem fica desgastado com isso é o INCRA, órgão criado no Governo do presidente Médici para solucionar os problemas da terra.

Com a orientação de quase uma dezena de dirigentes, o trabalho do INCRA não tem atingindo aquilo que os agricultores tanto têm esperado. É um órgão que começou o trabalho de colonização em Altamira, dando

terras aos que desejavam trabalhar. Para melhor ser feito foi aberta a rodovia Belém-Brasília com a vinda de agricultores do Sul do país para ocupar as áreas reservadas para isso. Em Pernambuco, a Usina Caxangá, foi o ponto alto do trabalho do INCRA. Com um



O problema da terra é um assunto quente para o INCRA que tem o dinheiro mas não repassa, no devido tempo

cadastro bem elaborado essa instituição reformista operava em favor de agricultores, evitando invasões e tantas outras coisas com isso relacionadas. O problema da terra é um assunto quente para o INCRA que tem o dinheiro mas não repassa, no

devido tempo. Não tem sido fácil dar uma solução para o problema.

Para que as invasões não se sucedam, o presidente Lula mandou liberar recursos para atender as reivindicações do movimento dos sem terra. Ainda bem, que reconhece o presidente, que são válidos os objetivos dos que lutam por um pedaço de terra para trabalhar. Isso é para evitar novos conflitos entre trabalhadores, proprietários de terra e o próprio INCRA. "O MST, que há duas semanas invadiu o Ministério da Fazenda em troca da desocupação, conseguiu agendar uma reunião com o Governo. Essa atualização dos índices, segundo foi divulgado é fundamental para o movimento. De acordo com o ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, trata-se de uma regulamentação

equilibrada e com bom senso." Afinal, depois desse "vi mais não vai", resolveu o Governo evitar os avanços em direções às propriedades rurais.

JOÃO LYRA,
é jornalista

Data	Veículo	Página	Tamanho
29.08.2009	Jornal de Fato	Gerais - 08	30 cm

SERRA DO MEL

Governo põe fim a 30 anos de espera e entrega títulos de posse a 260 famílias

O secretário de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária, Canindé de França, entregou ontem títulos de posse a 260 famílias de agri-

cultores familiares do Assentamento de Colonização Serra do Mel, no município de Serra do Mel. O benefício do governo acaba com o drama

dessas famílias, que há mais de três décadas foram assentadas, mas não eram proprietárias das terras onde viviam. A partir de agora, os trabalhadores e trabalhadoras familiares terão garantias e benefícios, antes impossíveis, como a total segurança jurídica para sucessão das terras e facilidade no acesso ao crédito rural.

Para Canindé de França, o compromisso social da governadora Wilma de Faria com

a promoção dos direitos humanos e da cidadania explica como está sendo possível resolver a situação das famílias de agricultores potiguares que se encontram nesta situação. "É um compromisso muito forte da governadora com as ações da Regularização Fundiária e da Titulação de Terras, ações estas que contribuem fortemente para o Desenvolvimento e para a Geração de emprego e renda dos beneficiários", afirma o secretário.

A ação do Governo do Estado está sendo executada através da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA).

A lei estadual 8.897, que trata da Emancipação das áreas de Projetos de Assentamentos de Colonização do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado em 15 de setembro de 2006, o decreto governamental 19.595, que dá aplicabilidade à lei, de 29 de dezem-

bro de 2006, e a norma 1, de 5 de março de 2007, constituíram o marco legal para a efetivação da emancipação e titulação definitiva de 12 projetos de assentamento. Ao todo, serão 1.950 famílias beneficiadas em nove municípios (Acari, Ceará Mirim, Jardim do Seridó, Maxaranguape, Nísia Floresta, Parelhas, Santana do Seridó, Serra do Mel e Touros), abrangendo uma área de mais de 76 mil hectares.

Data	Veículo	Página	Tamanho
31.08.2009	Correio da Tarde	Correio Econômico - 16	15 cm

FAERN oferece atendimento gratuito para realização do ITR

A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Norte (FAERN) está intensificando a oferta de atendimento gratuito aos proprietários

de terra que precisem realizar o envio de suas Declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, exercício 2009.

O atendimento é realizado de

segunda a sexta, das 08h às 12h e das 14h às 18h, na sede da Federação, localizada na R. Dom José Tomaz, no tirol em Natal. Mais informações pelo telefone: 3342-0200.

Data	Veículo	Página	Tamanho
30.08.2009	Correio da Tarde	Correio estado – 20	90 cm

► Em Natal

Convênios fazem parte da segunda fase do Projeto de Redução da Pobreza Rural

Governadora anuncia liberação de verba para associações rurais e famílias camponesas

Mais de 2.400 famílias camponesas e filiadas a associações rurais do Rio Grande do Norte receberam na última sexta-feira (28) a garantia de investimento de aproximadamente R\$ 3,9 milhões. A governadora assinou 79 convênios de combate à pobreza rural em solenidade ocorrida durante a 1ª Feira Itinerante de Artesanato, em atividade até domingo (30) no Presépio de Natal, bairro de Candelária. Os recursos serão empregados em obras sociais, de infraestrutura e produtivas para dezenas de municípios de todas as regiões do Estado.

Esses convênios fazem parte da Segunda Fase do Projeto de Redução da Pobreza Rural (PCPR), conhecido no Estado como Programa Desenvolvimento Solidário, integrante da estrutura da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sethas). A meta é que até o final desta fase sejam financiados mil subprojetos, em um valor total de mais de R\$ 50 milhões, o que beneficiará cerca de 30 mil famílias potiguaras. Desses mil subprojetos, 700 deverão ser financiados até dezembro deste ano.

A governadora ressaltou a importância do favorecimento ao cooperativismo e associativismo no meio rural. "São recursos doados a fundo perdido. Por isso iremos fiscalizar e

incentivar produtores e agricultores rurais a mostrarem que são capazes". Boa parte dos recursos oriundos dos convênios serão voltados ao abastecimento de água, bovinocultura, caprinocultura, artesanato, apicultura e investimentos culturais.

Wilma de Faria lembrou ainda outros programas sociais de benefício direto ao homem do campo, como o Compra Direta, Mais Alimento e o Programa do Leite. Comentou ainda dos 72 Centros de Inclusão Digital e Cidadania já construídos em municípios com menos de 10 mil habitantes e outros 78 a serem implantados até 2010. Também as dezenas de títulos de propriedades já entregues pelo Governo durante o Grito da Terra, neste mês de agosto. E concluiu: "O que fazemos é cuidar do homem rural, do artesão, do nosso povo. Esse é o compromisso do governo de todos".

Para o coordenador do programa Desenvolvimento Solidário, Gerardo Guará, a assinatura dos convênios marca o início de uma trajetória. "Buscamos nos quatro cantos do Estado situações perdidas, municípios desacreditados. E o que este programa faz, mais do que conceder benefícios materiais, é dar poder de decisão e formar lideranças junto à comunidade. E isso

é o que possibilita mudanças reais. E isto é só começo. Daqui pra frente serão 1.000 convênios", comemorou.

O prefeito Carlinhos, de Campo Redondo, representou as prefeituras beneficiadas e agradeceu os investimentos. "As prefeituras têm sofrido na pele o período de crise financeira mundial. E a senhora governadora não sabe a importância desse programa para este momento. Só quem precisa caminhar léguas para buscar água e voltar pra casa com um balde pesado na cabeça sabe dimensionar a importância destes recursos".

Para o titular da Sethas, Fabian Saraiva, este mês de agosto foi de resultados após 30 dias de envolvimento total de equipe para agilizar o processo de programas como o Desenvolvimento Solidário. "Estabelecemos metas desacreditadas pela maioria, mas poucos obstinados venceram a dúvida dos incrédulos. Hoje podemos apresentar nesta mostra de artesanatos o resultado de nossas metas que ainda podem ser superadas. Uma grande caminhada começa com o primeiro passo. E muito em breve chegaremos aos mil projetos", afirmou o secretário.

Desenvolvimento Solidário

Além da assinatura dos convênios com as associações,

CONTINUA

Data	Veículo	Página	Tamanho
30.08.2009	Correio da Tarde	Correio estado – 20	90 cm



Governadora Wilma de Faria assinou setenta e nove convênios para o combate à pobreza rural

a Sethas também assinará contratos com sete entidades com objetivo de fortalecer o processo de descentralização e controle social do Programa

Desenvolvimento Solidário, por meio de ações de mobilização, sensibilização e capacitação dos atores sociais e das organizações comunitárias

que participam do Programa em 118 municípios, distribuídos nas oito regiões geográficas do Estado. Serão investidos R\$ 860 mil nessas ações.

FIM

Data	Veículo	Página	Tamanho
01.09.2009	Tribuna do Norte	Geral - 05	75 cm

[COLHEITA] Segundo números divulgados ontem pelo IBGE, perda de produção no Rio Grande do Norte será de 96 mil toneladas para cereais, leguminosas e oleaginosas. Os números também mostram que 23 hectares a menos serão colhidos

Safra potiguar encolherá este ano

O excesso de chuvas no campo fará o Rio Grande do Norte perder mais de 23 hectares de área plantada e 96.195 toneladas de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas este ano. A quebra atinge produtos como girassol, feijão, algodão, milho e mamona, diminui a renda do agricultor, mas não deverá trazer impactos - pelo menos não de forma expressiva - para o consumidor. "Não deverá haver aumento significativo no preço porque há estoques nacionais dos produtos", diz o presidente da Federação da Agricultura do RN (Faern), José Álvares Vieira. A perspectiva de redução da safra faz parte do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado ontem pelo IBGE.

O levantamento mostra que a área plantada e colhida (ou a ser colhida) com cereais, leguminosas e oleaginosas deverá chegar a 139.112 hectares no estado, 14,60% a menos que a cultivada em 2008. Em comparação ao mês anterior, quando estimava-se que seriam colhidos 153.822 ha, a perda é de 14.710 hectares.

A área colhida e a produção deverão encolher para a maior parte das culturas, com quebras mais fortes na Borborema potiguar, onde a perda será superior a 6 mil toneladas, no Agreste Potiguar, com 4.148 toneladas a menos, na

Serra de São Miguel, com menos 3.116 toneladas, e em Pau dos Ferros, com redução de 1.935 toneladas. A Chapada do Apodi e as microrregiões de Mossoró, Angicos e Vale do Açu deverão remar contra a maré negativa e conseguir produzir mais este ano.

Os destaques da produção serão o arroz e o sorgo granífero. No caso do arroz, a área plantada será 71,87% maior que a de 2008 e a produção deverá superar em mais de 69% a da safra anterior. "A mesma chuva que prejudicou as outras culturas acabou beneficiando o arroz", explica Luiz Carlos Dias Lopes, do IBGE. De acordo com o levantamento, produtos como girassol, feijão, algodão, milho e mamona não terão a mesma sorte, com as áreas reduzidas em -23,49%, -23,13%, -13,47%, -10,15% e -10,14%, nessa ordem, em relação a 2008.

Para o economista e professor da Universidade Potiguar (UnP), Marcos Alves, a queda na produção não deve significar preços mais altos para o consumidor. Quem plantou não terá, porém, a sorte de escapar ileso dos prejuízos. "Se o agricultor plantou e terá resultados mais baixos este ano com certeza ele terá dificuldades e o governo precisa colocar em prática ações para ajudá-lo. Caso contrário, ele ficará desestimulado na hora de plantar de novo e a quebra em 2010 será muito maior", analisa ele.

Data	Veículo	Página	Tamanho
29.08.2009	Tribuna do Norte	Economia - 05	100 cm

[**PRODUTO**] Apesar do crescimento da oferta, o Centro de Estudos afirma que não houve pressão sobre as cotações do leite na média geral das nove regiões acompanhadas

Produção de leite aumenta 2,4% em julho, diz Cepea

Belo Horizonte (AE) - A produção de leite aumentou 2,4% em julho, segundo o Índice de Captação do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP). De acordo com as informações, porém, o crescimento da oferta não chegou a pressionar as cotações do produto na média geral das regiões acompanhadas pelo Centro.

O preço bruto do leite ao produtor em agosto, referente ao produto entregue em julho, foi de R\$ 0,7743/litro na média de sete estados pesquisados pelo Cepea (RS, SC, PR, SP, MG, GO e BA). Esse valor representa ligeiro aumento de 0,32% sobre o pagamento de julho. Nos três meses anteriores, houve reajustes de 6%, 7% e 9%, respectivamente. Para o próximo mês, 73% dos compradores de leite, que representam 76% do volume total captado pelas empresas que compõem a amostra do Cepea, acreditam que os preços ao produtor cairão, sinalizando que o "pico" nas cotações deste ano teria passado.

Entre os Estados pesquisados pelo Cepea, somente o Rio Grande do Sul e a Bahia registraram aumentos de preços, mesmo assim inferiores a 2 centavos por litro. Com isso, os preços brutos, sem o desconto do frete e de 2,3% do CESSR, nestes dois Estados fecharam em R\$ 0,7509/litro e R\$ 0,6234/litro, respectivamente. No Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, as variações, para cima ou para baixo, foram de até 1,5 centavo/litro. São Paulo



EMANUEL AMARAL

Preço bruto do leite em agosto foi de R\$ 0,77 por litro na média calculada pelo Cepea

continuou com a maior média, de R\$ 0,8171/litro.

Em Santa Catarina, o recuo foi de 1,4 centavo/litro, com a cotação média do Estado em R\$ 0,754/litro. Já para os produtores sul-mato-grossenses, a queda chegou a 4,7 centavos/litro, que resultou num preço médio de R\$ 0,6063/litro, tornando-se assim a menor cotação dos nove Estados acompanhados pelo Cepea.

Para os pesquisadores do Cepea, a expectativa de baixa nas cotações pode ser explicada em função do aumento da oferta e pelo comportamento dos derivados no mercado atacadista. O relatório aponta que a retomada da produção é natural nesta época do ano, em função da suplementa-

ção alimentar que continua sendo oferecida ao rebanho da região Centro-Sul.

Por outro lado, a produção gaúcha costuma ser favorecida nesta época pelas pastagens de inverno. A oferta nacional, normalmente, se mantém crescente até dezembro.

Na parcial deste ano, o Cepea aponta que o volume captado está 6% menor que o do mesmo período do ano passado. Os pesquisadores explicam que o resultado é reflexo do forte aumento da produção no segundo semestre de 2007 e primeiro de 2008, quando o preço do leite ao produtor e também a relação de troca por alimentos (milho e farelo de soja) estiveram bastante atrativos.

NÚMEROS

0,32%

é o aumento do pagamento sobre o preço de julho segundo a medição mais recente

1,4

centavos por litro é o recuo do preço cobrado registrado em Santa Catarina

R\$0,60

por litro é o preço médio cobrado no Estado do Mato Grosso do S

Data	Veículo	Página	Tamanho
30.08.2009	Tribuna do Norte	Natal - 07	27 cm

[PROJETO]

Governo investe R\$ 7,5 milhões

Demonstrando sua preocupação no sentido de melhorar a pecuária do Rio Grande do Norte, o Governo de Vilma de Faria está investindo este ano mais de 1 milhão e 600 mil reais na recuperação e ampliação dos parques de exposições.

Além disso, o Governo do Estado não mediu esforços no sentido de criar o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (Idiarn), que garantiu a mudança de status da febre aftosa saindo do risco desconhecido para risco médio com a possibilidade de, ainda este ano, deixar o Estado livre da febre aftosa com vacinação.

Para o secretário da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (Sape), Francisco das Chagas Azevedo, "esse passo foi importante porque, como é sabido, o Estado possui inúmeros animais das raças bovina, caprina e ovina de excelente qualidade genética como, por exemplo, das 42 melhores cabras do Brasil, 19 delas estão aqui e hoje temos a melhor cabra leiteira do país", ressaltou o Secretário.

No Parque de Exposições Monsenhor Walfredo Gurgel, em Caicó, foi recuperada e ampliada a área de bovinos em 40 currais, construção de 44 baias para caprinos e ovinos, da área para o torneio leiteiro e toaletes para os tratadores, com investimento de 150 mil reais. Em Currais Novos, no Parque de Exposições José Bezerra de Araújo, as mesmas obras foram realizadas para melhorar as acomodações tanto para os animais quanto para os tratadores a partir da construção das instalações para os tratadores e ainda a recuperação do parque em diversas áreas, com recursos da ordem de 100 mil reais.

Data	Veículo	Página	Tamanho
28.08.2009	Jornal de Fato	Estado - 03	40 cm

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Política vai chegar a todo o RN

Sertão Central do Cabugi, Agreste Litoral Sul e Grande Natal também receberão investimentos

Durante o Grito da Terra Nordeste, em Natal, os Governos Estadual e Federal decidiram apoiar os três únicos territórios descobertos no Rio Grande do Norte

Pau dos Ferros - A ausência de todos os prefeitos dos trinta municípios que compõem o Território da Cidadania do Alto Oeste Potiguar passou despercebida diante das novas informações e propostas apresentadas no encontro iniciado ontem, com encerramento hoje, no hotel Jatobá, em Pau dos Ferros. O evento tem como objetivo a

reestruturação do colegiado para que sejam iniciados os investimentos e ações para essa região do Estado.

Os passos para a elaboração do Plano Territorial, Desenvolvimento Rural Sustentável vão estimular a bovinocultura leiteira em dez municípios do Alto Oeste e a fruticultura de sequeiro nos dez municípios da região serrana. Os outros dez municípios já foram beneficiados com os investimentos de 2008, também com a criação de gado leiteiro. Na Tromba do Elefante foram investidos, através do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) na modalidade infraestrutura, R\$ 750 mil, que serão usados para custeio e outros investimentos.

Ao todo, são sete territórios de identidade rural no

Rio Grande do Norte. Destes, seis são beneficiados pelo Território da Cidadania, do Governo Federal, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria Desenvolvimento Territorial (SDT). A novidade é que durante o Grito da Terra Nordeste, realizado no último dia 12, em Natal, na mesa de negociação os Governos Estadual e Federal decidiram apoiar os três únicos territórios descobertos (Sertão Central do Cabugi, Agreste Litoral Sul e Grande Natal), fechando a territorialização do RN.

Segundo a consultora Silvana Fernandes, do MDA/SDT, aproximadamente R\$ 10 milhões serão investidos na infraestrutura e custeio, com ações chegando em todos os 167 municípios potiguares.

Data	Veículo	Página	Tamanho
30.08.2009	Tribuna do Norte	Natal - 10	180 cm

[QUILOMBOLAS] RN possui sete processos de comunidades quilombolas com pedidos de regularização de terras em tramitação no Inbra

Regularização fundiária enfrenta a morosidade

Historicamente relegados a segundo plano mesmo com a abolição da escravatura em 1888, os negros ainda hoje lutam contra a discriminação social, política e econômica no Brasil. Depois de cem anos, parte do resgate dessa dívida do país para com os remanescentes dos quilombos, que eram formados por escravos fugitivos das senzalas, passou a ser prevista na Constituição Brasileira de 1988, que preconiza a regularização fundiária das terras das comunidades quilombolas.

Já se passaram mais 21 anos e no caso do Rio Grande do Norte, só sete processos de comunidades quilombolas com pedidos de regularização de terras estão em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra).

A coordenadora estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Elizabeth Lima da Silva,

disse que existem mais de 40 comunidades quilombolas mapeadas no Estado, mas para ter acesso a políticas públicas, como todo o resto da população brasileira, as comunidades negras precisam "se autorreconhecerem", pelo seu processo histórico, contexto cultural, social, econômico e político.

Elizabeth Lima avalia que a titulação das terras quilombolas "está de forma muito morosa", mas quando saírem essas sete regularizações, certamente vão servir de exemplos para as outras 16 comunidades que já são reconhecidas pelo governo federal, no âmbito da Fundação Palmares.

Para ela, as comunidades quilombolas "são muitos discentes", porque nunca chegaram políticas públicas para elas: "Se na abolição da escravidão tivesse tido políticas para os negros, não estaríamos no século XXI fazendo isso, o que a

gente chama de ações afirmativas".

Segundo ela, o Estado brasileiro não está privilegiando as comunidades quilombolas, porque eles não estão querendo terras. "Nós já temos a terra, o que é diferente dos assentamentos de trabalhadores rurais, o processo é que precisa ser acelerado", destacou.

O técnico do Inbra, Thiago Leite de Barros, diz que dois territórios quilombolas estão com os processos em estágios mais avançados de regularização, Acaúá e Jatobá, nos municípios de Poço Branco e Patu, que estão em fase de desapropriação de terras. Outros, como Aroeiras, em Pedro Avelino, "não foi iniciado os trabalhos de campo".

Já outros como Sibaúma, em Tibau do Sul; Capoeiras, em Macaíba e Macambira, em Lagoa, estão com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em fase de conclusão ou incompleto.

CONTINUA

Data	Veículo	Página	Tamanho
30.08.2009	Tribuna do Norte	Natal - 10	180 cm

Estimativa é que existam 3 mil quilombolas no País

As comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas foi criada em 2005 com o objetivo de atender ao desafio proposto pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que implementa ações de regularização fundiária dos territórios de remanescentes de quilombos.

O Decreto atende o que preconiza o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 que diz que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lh-

es os títulos respectivos". O intuito dessa ação é melhorar as condições de vida e resgatar a cidadania dessas pessoas.

REGULARIZAÇÃO E TITULAÇÃO

Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar um declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Auto-reconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar a Superintendência Regional do INCRA em seu estado uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando a regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área, destinado a elaborar um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento cor-



Nós já temos a terra, o que é diferente dos assentamentos de trabalhadores rurais"

ELIZABETH LIMA
coordenadora



Dois territórios quilombolas estão com os processos em estágios mais avançados"

THIAGO LEITE DE BARROS
técnico do Incra

responde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas mediante a desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido o título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pro indiviso e em nome da associação dos moradores da área, e feito seu registro no cartório de imóveis.

FIM